

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Do Sr. ZÉ VITOR)

Torna mais rigoroso o tratamento dos crimes contra a Administração Pública, alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei torna mais rigoroso o tratamento dos crimes contra a Administração Pública, alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:

“Art. 92-A. A condenação pela prática dos crimes previstos nos arts. 311-A, 312, 315, 316, 317, 321 e 331 deste Código, acarreta, também, a proibição de:

I - exercício de cargo ou função pública, em qualquer esfera, pelo prazo de oito anos;

II - contratar com o poder público.

Parágrafo único. Os efeitos previstos neste artigo são aplicáveis ainda que o condenado encontre-se ocupando cargo ou função pública diversa daquela em que estava quando praticado o crime objeto da condenação.

Art. 92-B. Os bens e valores perdidos em processo penal decorrente de crimes contra a Administração Pública dos Estados a estes pertencerão, destinando-se a investimentos em segurança pública e aparelhamento do sistema de Justiça Criminal.”

Art. 3º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Vitor

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215755328700>



“Art. 312.....

Pena - reclusão, de cinco a treze anos, e multa.

§ 4º Se a subtração ou desvio destinar-se apenas para uso transitório:

Pena - detenção, de um a quatro anos, e multa.

.....(NR)”

“Art. 315.

Pena - detenção, de um a dois anos, e multa. (NR)”

“Art. 316.

Pena - reclusão, de cinco a treze anos, e multa.

..... (NR)”

“Art. 317.

Pena - reclusão, de cinco a treze anos, e multa.

..... (NR)”

“Art. 321.

Pena - detenção, de um a dois anos, e multa.

Parágrafo único -

Pena - detenção, de dois a quatro anos, e multa. (NR)”

Art. 327.

§ 1º - Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública, bem como:

I - estagiários, voluntários e terceirizados que prestam serviços à Administração Pública;

II - pessoas que tenham obtido informações por meio da legislação de Acesso à Informação, e que, assim, passam a ser responsáveis por eventual omissão na comunicação de infrações que tenham conhecimento aos órgãos responsáveis.

..... (NR)”

Art. 4º Revogam-se os arts. 513 a 518 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

No exercício da competência prevista nos arts. 22, I, 48 e 61 da Constituição, a fim de aprimorar o sistema de combate à corrupção.

Para tanto, é proposta a revogação do benigno procedimento especial para crimes afiançáveis praticados por funcionários públicos: arts. 513 a 518 do Código de Processo Penal.

Ademais, é modificada a Parte Geral do Código Penal, a fim de que sejam previstos novos efeitos da condenação, evitando-se a compreensão segundo a qual a impossibilidade de exercício de cargo público se restringiria àquele no qual o agente se encontrava por ocasião da prática delitiva.

Entrementes, é aprimorado o disposto no art. 327 do Código Penal, de tal forma que o conceito de funcionário público torna-se mais amplo, protegendo-se de maneira mais efetiva os supinos bens jurídicos em testilha.

Finalmente, são elevadas as penas para os crimes que de forma especial afetam o patrimônio e a dignidade da Administração Pública.

Trata-se de medidas voltadas a corrigir o seguinte cenário:

O **Brasil** foi ultrapassado pela **Argentina** e caiu para 6º no Índice de Capacidade de Combate à Corrupção (CCC), ranking que mede a capacidade dos países latino-americanos de detectar, punir e prevenir a corrupção.

Cinco dos 15 países analisados registraram quedas significativas em suas pontuações. Entre as maiores baixas estão os dois maiores países e as duas maiores economias da América Latina: **Brasil e México**.

O **Brasil** foi o país com a maior queda na pontuação, e sua nota regrediu de 5,52 para 5,07 (**veja abaixo os motivos do recuo**). Em 2019, o **Brasil** era o 2º do ranking.

Pelo 2º ano seguido, o **Uruguai** foi o país com a pontuação mais alta no Índice CCC (7,80 pontos em uma escala que vai de 0 a 10). A **Venezuela** ficou com a pior nota das 15 nações analisadas (1,40).

Veja o ranking:

Uruguai (7,80)



Chile (6,51)
Costa Rica (6,45)
Peru (5,66)
Argentina (5,16)
Brasil (5,07)
Colômbia (4,81)
Equador (4,77)
Panamá (4,55)
República Dominicana (4,38)
México (4,25)
Paraguai (4,08)
Guatemala (3,84)
Bolívia (2,43)
Venezuela (1,40)

O levantamento é feito pela Americas Society/Council of the Americas e pela Control Risks, que avaliam e classificam os países com base na eficácia com que podem combater a corrupção.

As entidades dizem que "os países com uma pontuação mais alta são considerados mais propensos a ver atores corruptos processados e punidos" — e, na outra ponta, "uma continuação da impunidade é mais provável em países no extremo inferior da escala".

Segundo o estudo, "a luta contra a corrupção na América Latina sofreu uma nova onda de retrocessos no ano passado" (e a pandemia foi um dos motivos que contribuiu para isso).

"Em vários países, a pandemia da Covid-19 levou governos e cidadãos a focar em outras prioridades urgentes, o que deu espaço para que políticos diminuíssem a autonomia e os recursos de órgãos judiciais sem desencadear indignação da opinião pública ou manifestações de rua como as testemunhadas em anos anteriores", diz o documento. (<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/06/14/brasil-cai-para-6o-em-ranking-de-combate-a-corrupcao-na-america-latina.ghml>, consulta em 24/08/2021).



Ante o exposto, pede-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado ZÉ VITOR



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Vitor
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215755328700>

